

JOSÉ VERÍSSIMO DIAS DE MATTOS E A REFORMA BENJAMIN CONSTANT

Maria do Perpetuo Socorro Gomes de S. Avelino de França¹
Universidade do Estado do Pará e Universidade da Amazônia

Breves Apontamentos Sobre a Vida e Obras de José Veríssimo Dias de Mattos

José Veríssimo como intelectual de seu tempo, viveu intensamente os debates travados na sociedade brasileira, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, que desejavam construir um país moderno e civilizado, sem rupturas drásticas com a ordem.

As suas obras, relativamente pouco conhecidas do grande público, guardam um arcabouço teórico de reflexões que possibilitam compreender, entre outras coisas, a sociedade e a educação escolar brasileira da época. As análises e as críticas desenvolvidas em relação à política educacional brasileira eram acompanhadas quase sempre de propostas de reformas que, segundo o autor, poderiam reverter o quadro desolador em que se encontrava a educação no país.

Como não existiam ainda especialistas ou profissionais em educação, o pensamento educacional brasileiro à época era produzido e divulgado por intelectuais em geral, principalmente escritores, jornalistas e políticos, interessados nas questões educacionais do país. Esse era o caso de José Veríssimo.

No conjunto das obras de José Veríssimo, é possível observar passagens que apontam para uma produção avançada em relação aos estudos pedagógicos do seu tempo, assim como uma perspectiva de contestação que marcou os vários esforços da geração de 70, no que diz respeito à construção de um modelo de linguagem crítica² que se adequasse às novas solicitações do tempo. A crença em que a atividade crítica poderia contribuir para o conhecimento do país, possibilitando traçar caminhos com vistas a inserir o país no rol das nações civilizadas, marcou a produção do autor.

José Veríssimo Dias de Mattos nasceu em Óbidos, na Província do Pará, em 8 de abril de 1857 e faleceu no Rio de Janeiro em 1916. Era filho do médico militar José Veríssimo Dias de Mattos e da Sra. Anna Flora Dias de Mattos. Realizou os seus primeiros estudos em Manaus e Belém. Aos doze anos, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde frequentou os colégios D. Pedro II, Victório e a Escola Central, que posteriormente passou a se chamar Escola Politécnica. Por motivo de doença, interrompeu os seus estudos e retornou à sua terra natal em 1876. Com dezenove anos de idade, deu iní-

cio à sua produção jornalística, no Jornal *O Liberal do Pará*. Nas colunas desse Jornal, publicou os seus primeiros contos, críticas literárias e impressões de viagens, que deram origem ao seu trabalho de estréia no campo literário, denominado *Primeiras Páginas*, cuja publicação data de 1878. Em 1880, viajou para a Europa, onde participou, em Lisboa, de um Congresso Internacional de Literatura, tendo aí apresentado um trabalho sobre o movimento literário brasileiro. Como jornalista, atuou na *Gazeta do Norte*, no *Diário do Grão-Pará* e na *República*.

Fundou e dirigiu a *Revista Amazônica*, que no período de março de 1883 a fevereiro de 1884, publicou dez fascículos. Criou, na capital da Província do Pará, o Colégio Americano (1884-1890) do qual foi diretor e professor. Ainda nesse último ano, assumiu a Diretoria da Instrução Pública, tendo permanecido no cargo até 1891. Nesse mesmo ano transferiu-se definitivamente para o Rio de Janeiro, tendo aí permanecido até a sua morte.

Na capital política do país, foi Diretor do Externato do Ginásio Nacional (1892-1898), denominação recebida pelo Colégio Pedro II no período republicano, e da Antiga Escola Normal do Rio de Janeiro (1910-1913). Além das funções administrativas inerentes aos cargos ocupados, desempenhou atividades de docência nas disciplinas: História Geral e da América, Português, Pedagogia e História da Instrução Pública no Brasil. Dirigiu a *Revista Brasileira*, de janeiro de 1895 a setembro de 1899, tendo sido ainda membro fundador da Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira de nº 18.

Pensador, engajado nos debates de sua época, publicou vários artigos nas revistas *A Educação Nacional*, *Educação e Ensino* e *Pediatria e Educação*. As temáticas abordadas foram: *O Mal do Nosso Ensino Público*, *O Ensino da História na Escola Normal*, *O Ensino Municipal do Rio de Janeiro*, *A Educação em Geral*, *A Pedagogia*, *A Educação Nacional: Páginas Esquecidas*. Além desses artigos, o trabalho sobre *a Instrução e a Imprensa* foi publicado no *Livro do Centenário* de 1900.

No conjunto de obras publicadas no Pará, temos diretamente ligadas a questões educacionais, *Notícia Geral Sobre o Colégio Americano* (1888), *A Instrução Pública no Estado do Pará* (1891) e a *Educação Nacional* (1890).

O primeiro desses escritos é composto por uma coletânea de discursos, programas e estatutos, nos quais estão expressos os princípios educativos a serem postos em prática pelo Colégio Americano, o qual deveria ser, de acordo com o seu mentor intelectual, uma casa de instrução e educação, e não uma empresa mercantil.

O segundo deles constituiu um relatório de mais de duzentas laudas, no qual José Veríssimo apresenta as deficiências e as lacunas da instrução pública no Estado do Pará, bem como propostas de reformas a serem empreendidas pelo Governo Republicano, recém instaurado, para a sua reestruturação, caso desejasse superar o descaso que havia imperado nesse setor no período monárquico. Os argumentos utilizados centravam-se principalmente nos grandes avanços que a instrução pública havia atingido em países como os Estados Unidos, como formadora do espírito nacional.

O terceiro desses escritos, que o consagrou nacionalmente no campo educacional, fora escrito sob o impacto de mudança do regime político e pretendia ser uma alerta, para o público em geral, sobre as condições de abandono em que se encontrava a educação no país, e também uma contribuição às reformas que deveriam ser postas em prática pelo novo regime.

A Educação Nacional editada pela primeira vez no Pará, em 1890, e reeditada pela segunda vez no Rio de Janeiro, em 1906, foi republicada pela terceira vez em 1985, no período da chamada Nova República, o que evidencia a sua importância no cenário nacional.

Críticas de José Veríssimo Dias de Mattos a Reforma Benjamin Constant

As críticas de José Veríssimo a Reforma Benjamin Constant foram publicadas pela primeira vez em 1892, no *Jornal do Brasil*. Introduzidas na segunda edição de *A Educação Nacional* (1906), marcam de uma maneira geral o descrédito do autor em relação aos homens públicos brasileiros, no que diz respeito ao interesse concreto em promover no país uma reforma profunda do sistema de instrução pública, de modo a dar-lhe um caráter de educação nacional. Ao longo de suas reflexões, denuncia o descaso do Governo para com a educação no país, que sob a fachada de um liberalismo difuso se omitia de exercer uma fiscalização rigorosa do sistema educacional brasileiro, reiterando que essa fiscalização, tanto das escolas públicas como das privadas, era decisiva para garantir um ensino de qualidade. Convicto de que a aspiração de uma república democrática requer a ampliação e difusão da instrução no país, criticava as medidas adotadas pelo Governo Republicano.

A Reforma proposta por Benjamin Constant, apesar de ter se restringido à capital da República, tudo indica que tenha se constituído modelo e referência para outras reformas a serem deflagradas no país. Essa posição modelar pode ser observada, por exemplo, quanto às diretrizes

traçadas para o ensino secundário. A reforma aboliu os exames parcelados de preparatórios e introduziu o exame de madureza. Esse exame deveria verificar a cultura intelectual dos alunos, habilitando-os para o ingresso nos cursos superiores. O sistema adotado não era mais privilégio do Colégio de Pedro II, que passou a se chamar então Ginásio Nacional, mas um direito que, pelo regime de equiparação, se estendia aos demais estabelecimentos de ensino público que organizassem seus planos de estudos de acordo com aquele. Essa prerrogativa não se estendia aos estabelecimentos particulares de ensino, devendo os alunos dessas instituições prestar exames nos institutos oficiais para fins de ingresso nos cursos superiores. Dessa forma, reservava-se a União a competência de estruturar em nível nacional o ensino secundário, transformando o Ginásio Nacional em modelo de organização a ser seguido pelos demais estabelecimentos de ensino no país. É importante frisar que a equiparação não implicava apenas a expedição de diplomas oficiais pelo sistema estadual de ensino, que passam a partir de então a ter validade nacional, mas também o direito de matricula nos cursos superiores.³

O regime de equiparação estabelecido tinha um caráter bastante limitado, na medida em que a concessão dessa prerrogativa requeria que os estabelecimentos públicos de ensino adotassem o mesmo plano de estudos do Ginásio Nacional. Além do mais, o processo de equiparação não prescrevia qualquer tipo de intervenção por parte do Governo Federal. Sem prever uma fiscalização rigorosa dos estabelecimentos estaduais de ensino equiparados, a reforma acabava por delegar aos Estados essa responsabilidade, exigindo que eles elevassem, juntamente com a união, o padrão do ensino secundário no país.

Quanto à liberdade de ensino estabelecida pela reforma, convém observar que o direito concedido aos particulares de criarem por todo o país escolas primárias e secundárias se fez sem que se estabelecesse qualquer interferência fiscalizadora da parte do poder público. Facultando aos particulares a abertura dessas escolas, determinava apenas uma inspeção para verificar se os estudos ministrados não eram contrários à moral e à saúde dos alunos.

José Veríssimo, apesar de reconhecer a competência do Ministro na área educacional, denunciava o arranjo político do qual fora resultante a criação do Ministério da Instrução Pública Correios e Telégrafos. Diz ele:

O primeiro governo da República criou um Ministério especial da instrução pública e o confiou a um

dos principais fautores das novas instituições, que era também um provector professor, conhecedor do assunto. Essa criação porém, como se hoje sabe pertinentemente, não obedeceu, segundo à primeira vista era todo mundo levado a supor, a uma preocupação auspiciosa da vida espiritual do país, nem sequer a algum sentimento ou convicção da necessidade de dar com base ao novo regime um povo esclarecido, um corpo eleitoral alumiado pela instrução e seriamente espalhada na população. Antes pelo contrário, determinaram a criação do Ministério da instrução pública feita pelo Governo Provisório, mesquinhas questiúnculas de gabinete, em uma palavra a necessidade ou conveniência de afastar do Ministério da guerra o respectivo titular, que nele parece, se havia mostrado incapaz, sem descontentá-lo, nem irritá-lo, e com ele os seus numerosos e devotados discípulos, cuja ação fora precípua na proclamação da República. Mais professor e ideólogo, como lhe chamaria Napoleão, do que soldado, o general ministro da guerra não foi julgado o homem para esta pasta em tal ocasião, e à esperteza política lembrou o alvitre da criação de um ministério de ensino público para qual o removessem sem abalo⁴ (VERÍSSIMO, 1906, p. VI- VII).

Não se pode deixar de considerar que se vivia um período histórico marcado pela busca da normalidade democrática, onde as dissensões políticas e econômicas eram frequentes. Os republicanos civis, desejosos de tomar parte no poder, apresentavam mais do que os militares, condições materiais para fazer valer seus interesses de classe, posto que muitos deles, provenientes da oligarquia cafeeira em plena ascensão, pressionavam para ter o controle absoluto desse Estado. Diante desse estado de coisas, foram concretizados vários ajustes políticos e econômicos que visavam, dentre outras coisas, fortalecer o poderio militar; daí porque fora mais oportuno para o Governo Provisório remanejar Benjamin Constant da Pasta da Guerra para a da Instrução Pública, confiando aquele ministério ao Marechal Floriano Peixoto, representante da velha geração de oficiais, apegado à força, às condecorações, às lutas e aos quartéis.⁵

Para José Veríssimo, o mérito da reforma proposta por Benjamin Constant era discutível, já que parecia ser mais uma exigência do cargo que ocupava do que um interesse real na educação do país. Nessa direção, afirma:

O seu primeiro ministro, o Sr. Benjamin Constant procedeu, talvez com alguma precipitação, mas como uma legítima compreensão do que era que o novo regime devia abrir ao Brasil a reforma do nosso sistema geral de ensino público. Não temos fetichismos políticos ou pessoais, e fazendo principalmente obra de crítica, não a pouparemos aos homens e às coisas que, ao nosso fraco juízo, foram dela merecedores. Sejam quais forem, porém, os que por ventura tivermos de fazer a obra do Sr. Benjamin Constant, nenhuma delas é tamanha que obscureça em nós o apreço de que é benemérita a inspiração superior que a executou. Em que pese aos que pretendem ver o primeiro ministro da instrução pública sob outro aspecto, a nos parece-nos que essa reforma é obra capital de sua atividade política⁶.

Para ele, deveria ser exigido dos órgãos responsáveis pela organização e execução da educação no país não apenas capacidade técnica e profissional, mas principalmente convicção filosófica e devotamento de apóstolos. Desconhecer ou ignorar esse princípio significava reformar por reformar, sem contudo, modificar a situação de abandono a que fora submetida a instrução pública no país.

José Veríssimo, criticando o descaso dos poderes públicos para com a educação no país, observa que os Estados, tão logo foram acometidos por crises financeiras, decorrentes dos seus próprios desmandos administrativos, as primeiras medidas tomadas recaíam principalmente na supressão imediata dos minguados recursos destinados à instrução pública. Muitas das escolas normais recém-criadas e centenas de escolas primárias foram extintas. Para agravar ainda mais essa situação, foram criadas em todos os Estados, escolas normais particulares para preparar professores públicos. Tais escolas não passavam de fábricas de diplomas. Para completar esse estado de coisas, o Governo havia cedido às exigências despropositadas da indústria particular, passando a conceder desde o ano 90, aos colégios particular e às faculdades, os mesmos privilégios dos institutos oficiais.

Para ele, o ensino particular não passava de uma indústria de necessitados, entregue a homens pobres e incompetentes, que abriam escolas simplesmente como meio de vida. Tais escolas não passavam de meras casas de comércio, falhas em todos os sentidos; e fora a institutos dessa natureza que o Governo havia concedido regalias, que até pouco tempo atrás era privilégio do Ginásio Nacional.

Expondo as condições precárias desses estabelecimentos na capital federal, cita o relatório do Sr. Dunshee de Abrantes (15/02/1904), funcionário encarregado, pelo Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, de inspecionar os institutos particulares, que assim se pronuncia sobre a questão:

Diante da longa exposição, que acabamos de fazer não podemos deixar de concluir que os institutos particulares equiparados ao Ginásio Nacional, existentes nesta cidade não satisfazem as exigências da lei nem as necessidades do ensino.

Não satisfazem as exigências da lei, porque a sua situação material, por demais precária, não permitiu até hoje, durante perto de cinco anos, que se organizassem definitivamente, cumprindo as obrigações que assumiram. Falta mais ou menos a todos uma instalação condigna. Nenhum possui laboratórios e gabinetes para trabalhos práticos de ciências. O material escolar, que cada qual procura aparentar que tem, é insuficiente e quase todo imprestável.

O progresso nulo da grande maioria dos alunos não pode ser apenas increpado à desídia inerente a estes e ao pouco escrúpulo, em geral, das famílias na educação das crianças; parece que para provir também da má escolha dos corpos docentes, em que, ao lado de mestres idôneos e de reconhecida competência técnica, figuram, que só o são pelo próprio apelido e que servem apenas para simular, de mistura com aqueles o preenchimento das formalidades legais e a existência de uma congregação numerosa e seleta. Em uma palavra, um só desses estabelecimentos, favorecidos com as vantagens das instituições oficiais, desempenha fiel e conscienciosamente o regime e os programas adotados para o Ginásio Nacional.

Não correspondem ainda os colégios equiparados às necessidades do ensino, porque nenhum dos seus diretores, subordinando-se ao sistema Ginasial em vigor na legislação escolar, o fez por convicção, renunciando às suas doutrinas e deixando de as procurar secretamente pôr em prática.⁷

Deixa entrever que não se opunha à iniciativa privada e que tampouco era favorável à preponderância do Estado em qualquer atividade de natureza social; no entanto, nas condições em que se encontrava o ensino público e particular no Brasil, tornava-se necessário contar, ainda por muito anos, com a supremacia do Estado em matéria de educação.

Ao Estado competiria difundir e controlar a educação nacional, tendo por função formar o sentimento nacional.

Para José Veríssimo, deixar a educação escolarizada entregue à iniciativa privada, sem nenhum tipo de acompanhamento do ensino que distribuía e dos diplomas que conferia, representava sacrificar inteiramente a nossa cultura, o nosso progresso e a nossa civilização, que dela imediatamente depende. A educação nacional não podia ser objeto de comércio e o ensino particular não havia feito dela outra coisa. Reprovava a forma como era praticado esse ensino no país, e chama a atenção para a necessidade de reformá-lo, a fim de que se tornasse um digno auxiliar do ensino público.

O autor conclui suas reflexões reiterando sua crítica à negligência do poder público em matéria de educação.

Considerações Finais

As críticas elaboradas por José Veríssimo a Reforma Benjamin Constant se voltam principalmente ao descaso do Governo republicano na efetivação das medidas proclamadas, cujos resultados imediatos podiam ser constatados no estado lastimável em que se encontrava a educação escolarizada no país. A omissão do Governo central, no que tangia a uma fiscalização rigorosa e eficiente das escolas públicas e particulares, contribuía para deteriorar ainda mais o ensino ofertado no país.

Observava em várias passagens dos seus escritos que, apesar do próprio Governo ter conhecimento da situação deplorável em que se encontrava o ensino público no país, nada fizera para modificar esse estado de coisas, e que irregularidades de toda ordem eram cometidas, não apenas pelos administradores e corpos docentes dos estabelecimentos públicos, como também pelo próprio poder público que os denunciava.

É importante salientar que as críticas de José Veríssimo ao regime republicano não representaram propriamente uma oposição consistente e deliberada à ordem instituída, mas refletiam sobretudo o sentimento de exílio que recaiu sobre a intelectualidade brasileira, que se via cada vez mais excluída da participação nas decisões políticas e da esfera de prestígio social. Essa intelectualidade, para fazer valer seus interesses, lançou mão dos mais variados meios, como por exemplo a imprensa, para expor suas idéias e criar espaços de intervenção que lhes pudessem favorecer status social.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira*. 6.ed. Rio de Janeiro: UFRJ/ UNB, 1996.

- BARBOSA, João Alexandre. *A vertente pedagógica* In: *A educação nacional*. 3.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- _____. *A tradição do impasse: linguagem da crítica & crítica da linguagem em José Veríssimo*. São Paulo: Ática, 1974.
- CARTOLLANO, Maria Teresa Penteado. *Benjamin Constant e a Instrução Pública no Início da República*. Tese (Doutorado em Filosofia e História da Educação)– Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994
- CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. *O projeto republicano de educação nacional na versão de José Veríssimo*. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.
- _____. Maria Auxiliadora. *José Dias de Mattos Veríssimo*. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque, BRITTO, Jader de Medeiros (orgs.) *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais* (orgs.). UFRJ/ MEC: Inep. 1999.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais á brasileira*. São Paulo: Companhia das letras , 2001
- PERES, Tirsia Regazzini. *Educação Republicana: tentativas de reconstrução do ensino secundário brasileiro (1890- 1920)*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, São Paulo, 1973.
- VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.
- _____. *A Instrução Pública no Estado do Pará em 1890*. Pará: Tip. De Tavares Cardoso & Cia., 1891

NOTAS

- ¹ E-mail mpfranca@interconect.com.br
- ² Sobre essa questão consultar BARBOSA, João Alexandre. *A tradição do impasse: linguagem da crítica & crítica da linguagem em José Veríssimo*. São Paulo: Ática 1974.
- ³ Sobre esse assunto, consultar. PERES, Tirsia Regazzini. *Educação Republicana: Tentativas de Reconstrução do Ensino Secundário Brasileiro (1890-1920)* Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras de Araraquara, São Paulo, 1973, p. 3-4.
- ⁴ VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional I*, Rio de Janeiro: Francisco Alves 1906, p. VI-VII.
- ⁵ CARTOLLANO, Maria Teresa Penteado. *Benjamin Constant e a Instrução Pública no Início da República*. Tese (Doutorado em Filosofia e História da Educação)– Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994, p.113-114.
- ⁶ Idem, p. VII-VIII.
- ⁷ ABRANTES apud VERÍSSIMO, 1906, p. XXIV-XXV.